

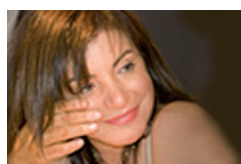
# BOLETIM LGBT

Edição nº 3 • JUNHO/2012

COLETIVO  
"PROF. FERNANDO  
SCHUELLER"



SINDICATO DOS  
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL  
DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Filiado à **CNE** e **CUT**



Editorial

Respeito à diversidade, principalmente entre os profissionais da Educação, deve ser uma atitude cotidiana. É na relação com nossos alunos, na troca de ideias entre colegas, nas conversas em família e nas nossas comunidades que construímos um país mais tolerante e igualitário. E a luta contra a discriminação e a violência contra homossexuais faz parte desta atitude.

A APEOESP há muitos anos vem dando grande importância a este debate no centro e, mais do que isto, vem realizando ações concretas, como a criação do Coletivo LGBT Professor Fernando Schueller, a participação na Parada Gay, a promoção de debates nas escolas com o objetivo de promover o respeito à diversidade e aos direitos humanos. Destarte, entramos na campanha "Educação sem homofobia", promovida pela CNTE. Entendemos, ainda, que é preciso haver leis que reprimam e punam o comportamento homofóbico. Por isso esperamos ver o Projeto de Lei 122, que criminaliza a homofobia, aprovado.

Não podemos negar que o Brasil, nos últimos anos, tem avançado nas políticas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros. Durante a realização da CONAE (Conferência Nacional de Educação), que reuniu mais de três mil participantes de todo o País, conseguimos fazer constar do documento final que a discussão de gênero e diversidade sexual deva ser debatida na formação inicial e continuada dos profissionais de educação, visando promover a educação para o combate do preconceito e da discriminação.

É preciso, contudo, avançar ainda mais para a consolidação dos direitos humanos e na luta contra todos os tipos de discriminação, sejam elas de gênero, raciais, religiosas, sexuais e ideológicas.

Maria Izabel Azevedo Noronha  
presidenta da APEOESP

## Combate à homofobia se faz com educação

Robson Martins

Diversos países, entre eles o Brasil, celebram em 17 de maio o Dia Internacional de Combate à Homofobia. A data marca a assembleia geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), realizada em 1990, que aprovou a retirada do código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças, declarando que a homossexualidade "não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão". Entre 1948 e 1990, a OMS classificou a homossexualidade como um transtorno mental.

Como parte das comemorações à data, no dia 16 de maio, durante a III Marcha Nacional Contra a Homofobia, em Brasília, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) lançou a campanha "Educação sem homofobia", por entender que o combate à discriminação e à violência contra homossexuais é um passo imprescindível para a construção de um país mais tolerante e igualitário.

A APEOESP participa desta campanha por entender que a escola e seus profissionais também têm papel privilegiado no combate aos preconceitos, discutindo desde cedo com seus alunos as diferenças e respeito à diversidade. É neste sentido que o sindicato tem participado e promovido ações de combate à homofobia, por meio do Coletivo LGBT Fernando Schueller. Uma das ações é a participação na Parada do Orgulho LGBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais,



A APEOESP e outros sindicatos cutistas participam da grande manifestação em defesa dos direitos humanos.

Travestis e Transexuais), popularmente conhecida por Parada Gay.

Neste ano, a Parada Gay de São Paulo – a grande festa da diversidade sexual e de promoção dos direitos humanos – acontecerá em 10 de junho, a partir das 12 horas. Considerada a maior manifestação social brasileira, a Parada Gay é considerada uma das maiores do mundo e, neste ano, terá como tema "Homofobia tem cura: educação e criminalização! - Preconceito e exclusão, fora de cogitação!"

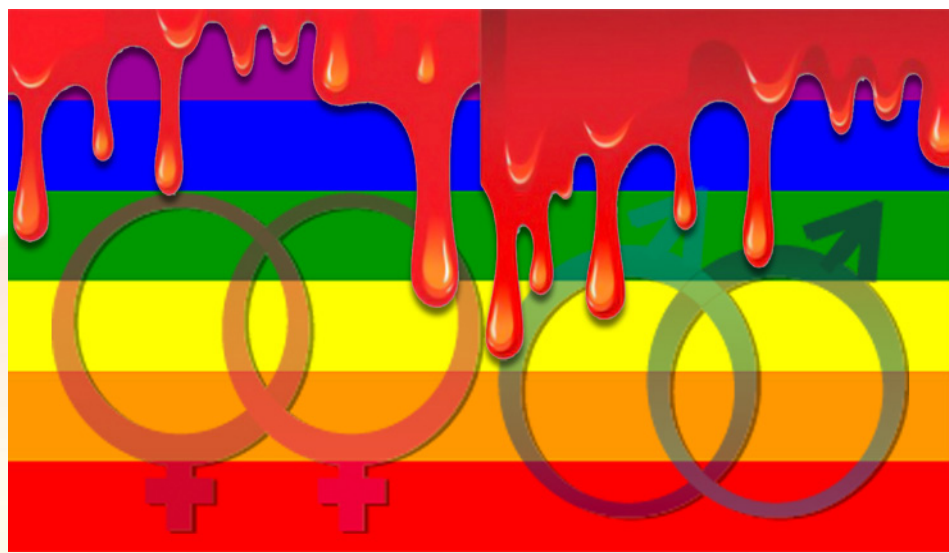
O tema deste ano, de acordo com a Associação da Parada do Orgulho Gay

de São Paulo (APOGLBT), faz "referência ao problema da discriminação como uma doença social que afeta a cidadania coletiva", e tem o objetivo de reivindicar a aprovação do projeto didático Escola Sem Homofobia e do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 122/2006, que criminaliza a homofobia.

Além da 16ª Parada Gay, estão previstas para o mês de junho outras atividades promovidas pela APOGLBT como a 10ª edição do Ciclo de Debates, a 12ª Feira Cultural LGBT, o 12º Prêmio Cidadania em Respeito à Diversidade e o 12º Gay Day.



# Relatório aponta 266 assassinatos de LGBT no Brasil



Uma pesquisa divulgada em fevereiro deste ano pelo Grupo Gay da Bahia – embora polêmica – aponta o Brasil como líder mundial no ranking de assassinatos de homossexuais. De acordo com a pesquisa, em 2011 registrou-se 266 assassinatos a gays, lésbicas e travestis. Deste total, 60% das vítimas eram gays, 37% travestis e 3% lésbicas.

Ainda de acordo com a pesquisa, a Bahia lidera o ranking com 28 homicídios, seguida

de Pernambuco, com 25, São Paulo, com 24, Paraíba, Alagoas e Minas Gerais, com 21 casos, e Rio de Janeiro (20).

Coordenador da pesquisa, o professor e antropólogo Luiz Mott informou que “o risco de um homossexual ser assassinado no Brasil é 800% maior que nos Estados Unidos”. Professor aposentado de antropologia da Universidade Federal da Bahia, Mott fundou o Grupo Gay da Bahia em 1980, e é conhecido por criar polêmicas

com suas declarações. A pesquisa é polêmica porque não se baseia em dados oficiais, mas em levantamentos feitos a partir de notícias da imprensa e da Internet.

Temos assistido no país uma série de manifestações homofóbicas. Ideologia disseminada que leva, sem dúvida, à violência física. Recentemente, um grupo dissidente da organização ultra-conservadora TFP (Tradição Família e Propriedade), fundada por Plínio Corrêa de Oliveira, realizou uma manifestação na avenida Paulista (Capital) contra o aborto e o projeto de Lei 122/2003, que propõe a criminalização da homofobia. Em março deste ano, a Polícia Federal (PF) prendeu dois jovens – um de Brasília e outro de Curitiba – suspeitos de racismo na Internet contra negros, mulheres, homossexuais, judeus e nordestinos. De acordo com a PF, eles planejavam praticar um massacre de alunos da Universidade de Brasília (UnB).

Pior é que as manifestações homofóbicas muitas vezes partem de grupos religiosos e parlamentares, que gerou a campanha, disseminada nas redes sociais da Internet, “Quem não respeita as diferenças não merece o meu respeito”. Os internautas elegeram ainda os dez religiosos e parlamentares mais homofóbicos: Myriam Rios, deputada estadual do Rio de Janeiro; Jair Bolsonaro, deputado federal (RJ); Anthony Garotinho, deputado federal (RJ); Marcello Crivela, senador pelo Rio de Janeiro; Magno Malta, senador pelo Espírito Santo; Carlos Apolinário, deputado estadual por São Paulo; João Campos, deputado federal por Goiás; e os líderes evangélicos Silas Malafaia, Edir Macedo e Valdomiro Santiago.

## DISQUE 100 RECEBE DENÚNCIAS

Criado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o Disque 100 recebe denúncias de preconceito e intolerância à diversidade sexual. Entre janeiro e novembro de 2011, de acordo com dados da secretaria, o Disque 100 registrou 1067 denúncias em seu módulo LGBT.

O serviço recebe denúncias ainda contra discriminação racial, a idosos ou sobre exploração sexual de menores de 18 anos. No módulo LGBT, os casos de violência psicológica são responsáveis por 46,5% das denúncias; em segundo lugar vem a discriminação, com 29,41% das ligações.

O Estado de São Paulo era o líder no ranking de violações, com 134 ligações sobre casos de homofobia.

O segundo lugar da lista era da Bahia e de Minas Gerais, que registraram 71 ligações cada. Em terceiro o Estado do Piauí, com 61 denúncias.



## Unesco faz consulta sobre bullying homofóbico

A Unesco (organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura) realizou entre os dias 5 e 9 de dezembro de 2011 uma consulta internacional para discutir o bullying contra estudantes lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e transexuais (LGBT) nas instituições de ensino. O evento pioneiro foi realizado no Rio de Janeiro e reuniu agências especializadas da ONU, ONGs, ministérios da educação e acadêmicos de mais de 25 países.

De acordo com a Unesco, a consulta foi organizada para “estudar métodos para garantir que todas as pessoas recebem uma educação de qualidade”,

uma vez que todos os dias é negado aos estudantes de todo o mundo “o direito básico e universal à educação devido à discriminação e à violência que sofrem nas escolas por causa da orientação sexual real ou percebida e da expressão ou da identidade de gênero”.

Ainda segundo informações da Unesco, a consulta foi amplamente bem recebida, pois serviu como um foro para analisar uma gama ampla de situações, experiências e abordagens de todo o mundo. “Todos os participantes da consulta concordaram com uma declaração que apela aos governos para eliminar a prevalência inaceitável e devastadora de

bullying LGBT em instituições e locais de ensino, em todo o mundo.”

A Unesco preparou ainda um vídeo de 4 minutos que recolhe testemunhos de jovens que sofreram de bullying e “discriminação no ambiente escolar por serem o que são”. Com o título “Não deixe o bullying entrar em sua escola!”, o vídeo convida alunos e professores a abraçar o conceito de tolerância. De acordo com a organização, o vídeo será usado em salas



de aula brasileiras para gerar debate sobre esta questão e promover o respeito pela diversidade na escola.

# Travesti defende tese de doutorado sobre discriminação

Supervisora regional de ensino de 26 escolas públicas, Luma Andrade deve defender sua tese de doutorado em julho próximo na Universidade Federal do Ceará. Em seu trabalho acadêmico, Luma descreve o preconceito sofrido por travestis na rede pública de ensino e aponta lacunas na formação de professores. Não só o tema de sua pesquisa chama a atenção, mas até os 30 anos, Luma assinou o nome de João, foi rejeitada pelos pais, discriminada na escola e no trabalho.

Luma é o primeiro travesti a fazer doutorado no Brasil. Em entrevista ao portal IG, Luma contou que sofreu muito na infância, pois era o único filho homem de um casal de agricultores que viviam em Morada Nova, a 170 quilômetros de Fortaleza. “Em casa escondia-se para evitar confronto. Na escola, apanhava dos meninos por querer parecer uma menina”, contou.

Luma, assim, decidiu dedicar-se ao estudo e formou-se em Biologia aos 22 anos.

Mesmo depois da conclusão do mestrado, em 2003, enfrentou preconceito e teve dificuldades para lecionar em escolas estaduais. Com insistência, conseguiu não só manter-se lecionando como anos mais tarde assumiu cargo na

Coordenadoria Regional de Desenvolvimento de Educação de Russas, região onde nasceu. Luma contou que foi neste cargo que conseguiu interceder em casos de agressão semelhantes ao que ela viveu quando ainda era estudante.

Em 2008, Luma tornou-se a primeira travesti a ingressar num curso de doutorado no Brasil. Ela começou a

pesquisar a situação de travestis que estudam na rede pública de ensino. Luma sugere que os cursos de graduação em licenciatura formem profissionais mais preparados não apenas para tratar da homossexualidade no currículo escolar, “mas também como lidar com as especificidades de cada pessoa e fazer da escola um lugar sem preconceitos”.

## RS: TRANSEXUAL MUDA CURRÍCULO

**Professora da rede estadual do Rio Grande do Sul, Marina Reidel está concluindo o mestrado. Assim que obter o título, fará cirurgia para mudar de sexo. Até os 29 anos, Marina viveu na pequena cidade de Montenegro como Mário.**

**Formada em Artes pela Universidade Feevale, de Novo Hamburgo, depois de lecionar por três anos numa escola pública de Porto Alegre, Marina retornou à sua**

**cidade natal. Depois de uma licença – que ela utilizou para passar por uma verdadeira metamorfose – e ao retornar à escola, coube-lhe ensinar na disciplina de ensino religioso. Marina, então, propôs à direção uma mudança no currículo: trocar religião por ética. A direção, então, convocou os pais dos alunos; não houve resistência. Hoje Marina leciona a disciplina Ética e Cidadania, onde aborda temas como homofobia, aborto, racismo e drogas.**

## Portaria do Ministério da Educação garante uso de nome social

Em novembro de 2011, o Ministério da Educação (MEC) publicou a Portaria 1612 que assegura “às pessoas transexuais e travestis (...) o direito à escolha do tratamento nominal nos atos e procedimentos promovidos no âmbito do Ministério da Educação”. Em São Paulo, o

mesmo direito é garantido pelo Decreto 55588/2010. Entende-se por nome social aquele pelo qual essas pessoas se identificam e são identificadas socialmente. O artigo 2º da Portaria, assegura o uso do nome social em cadastro de dados e informações de uso social; comunicações

internas; endereço de correio eletrônico (e-mail); lista de ramais do órgão; identificação funcional de uso interno do órgão (crachá). Em 2010, São Paulo criou o Conselho dos Direitos da pessoa LGBT e, desde 2001, a lei 10948 prevê pena para quem discrimina homossexuais.

## Coletivo Fernando Schueler completa dois anos

Há dois anos, mais exatamente no dia 27 de maio de 2010, falecia o professor Fernando Schueler, militante do coletivo LGBT da APEOESP. Formado em história pela USP nos anos 80, era professor do ensino médio da escola estadual Carlos de Laet e diretor do colégio Alfredo Inácio Trindade, conhecida

como Verdão, por ser próxima a uma área de mata.

Na APEOESP, Fernando foi diretor do departamento jurídico, diretor regional na zona norte e coordenador da subseção da mesma região da capital. Foi ainda um dos primeiros a incentivar a participação do sindicato na Parada Gay.

Depois de sua morte, o coletivo LGBT resolveu homenagear o professor Fernando Schueler – especialmente pela sua luta em defesa dos direitos das minorias (também foi combatente do racismo) e pela militância na defesa da diversidade. Assim, desde o ano passado o coletivo passou a designar-se “Coletivo LGBT Professor Fernando Schueler”.





# Agenda da diversidade

## Priscilla, a Rainha do Deserto



Está em cartaz no Teatro Bradesco o musical australiano de maior sucesso no mundo, Priscilla, a Rainha do Deserto. Com 27 integrantes no elenco, entre eles dois atores mirins, Priscilla conta a divertida e tocante história de três drag queens que vão de Sydney até uma cidade turística no remoto deserto

australiano para realizar seu espetáculo. Durante o caminho, Mitzi (Luciano Andrey), Felícia (André Torquato) e Bernadette (Ruben Gabira) estreitam laços de amizade e vivem grandes aventuras dentro do velho ônibus de excursão, carinhosamente apelidado de Priscilla.

Baseado no premiado filme homônimo de 1994, o musical já foi visto por mais de 2.5 milhões de pessoas desde a estreia em Sydney, em 2006. Ele já esteve em cartaz em Melbourne, Auckland (Nova Zelândia), Toronto, Londres, Milão e atualmente está no Palace Theatre, na Broadway, onde foi visto por quase 300 mil pessoas.

No Brasil, uma equipe de vanguarda toma conta da montagem. São profissionais que deram forma ao mercado de grandes musicais no Brasil, desde o primeiro, em 2001. A responsável pela produção geral é Almali Zraik, a diretora residente e coreógrafa associada Tânia Nardini, o diretor musical é Miguel Briamonte, a tradução e adaptação são de Flávio Marinho, a coordenação geral de Mariana Monticelli e a coordenação técnica de Caio Malfatti.

### Programe-se:

Priscilla, a Rainha do Deserto  
Teatro Bradesco: Bourbon Shopping (rua Turiassu, 2100, Pompéia)  
Sessões: quintas e sextas, às 21h; sábados às 17h e às 21h;  
domingos, às 16h e às 20h  
Duração: 2h30min.  
Classificação etária: Livre. Menores de 12 anos:  
permitida a entrada (acompanhados dos pais ou responsáveis legais).

## Concurso "Homofobia Fora de Moda"

Os trinta melhores desenhos que foram selecionados no 2º Concurso "Homofobia Fora de Moda" ganharão uma exposição durante a realização da 31ª edição da Casa de Criadores, que acontecerá em julho deste ano. O tema deste ano é "Laços Afetivos". Durante o evento, um júri composto por personalidades do meio da moda e membros

atuantes da comunidade GLBT escolherão os três melhores desenhos, que vão virar camisetas – comercializadas e com renda revertida para o Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade Sexual de São Paulo.

O vencedor ganha um prêmio de R\$ 2,5 mil. O segundo colocado leva R\$ 1,5 mil e o terceiro, R\$ 1 mil.

## Cine arco-íris – 100 anos de cinema LGBT

De autoria do jornalista Stevan Lekitsch, o livro Cine arco-íris – 100 anos de cinema LGBT nas telas brasileiras (272 páginas, R\$ 65,90) apresenta resenha, ficha técnica e curiosidades de bastidores de quase 300 filmes produzidos nos últimos 100 anos. De clássicos como Morte em Veneza a filmes polêmicos como Transamérica, a obra traz o melhor da produção nacional e estrangeira.

O livro começa fazendo uma análise histórica do surgimento do cinema, em 1895, até os dias atuais, comentando as produções pelas décadas do século passado. De acordo com o autor, se tímido até a década de 1960, a partir dos anos 1970 o cinema LGBT dá uma guinada. A liberação sexual faz que a produção aumente progressivamente, chegando a mais de 5 mil filmes por ano.



## expediente



### Dirigentes responsáveis:

**Maria Izabel Azevedo Noronha**  
Presidenta da APEOESP

**Roberto Guido**  
Secretário de Comunicações

**Paulo José das Neves**  
Secretário de Comunicações Adjunto

**Rita de Cássia Cardoso**  
Secretária de Políticas Sociais

**Ana Paula Pascarelli**  
Secretário de Políticas Sociais Adjunto

### Conselho Editorial

Maria Izabel Azevedo Noronha  
Francisca Pereira da Rocha  
Roberto Guido  
Paulo José das Neves  
Fábio Santos de Moraes  
Sufaneide Rodrigues  
Rita de Cássia Cardoso  
Ana Paula Pascarelli  
Luiz Gonzaga José  
Ariovaldo de Camargo  
Francisco de Assis Ferreira  
Zenaide Honório

**Produção:**  
Secretaria de Comunicações da APEOESP

## Tese debate diversidade sexual

O Brasil já tem um know-how na Educação quando o assunto é o debate sobre a diversidade sexual, mas ainda há um longo caminho para reduzir a desigualdade e o preconceito contra a população LGBT. A opinião é do pesquisador Marcelo Daniliauskas, doutorando da USP que dedicou seu mestrado ao tema.

"Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de Educação: uma análise do Programa Brasil Sem Homofobia" é o título da dissertação de mestrado, orientada pela professora Claudia Pereira Vianna, que Marcelo apresentou em 2011 à Faculdade de Educação da USP.

Mestre em Sociologia e ex-professor da rede estadual de ensino, o pesquisador avalia que programas do governo federal que visam diminuir a desigualdade e o preconceito contra a comunidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) ajudaram a ampliar a discussão sobre os direitos destas pessoas, mas não garantiram que todas as ações previstas fossem postas em prática.

A dissertação de mestrado "Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de Educação: uma análise do Programa Brasil Sem Homofobia", de Marcelo Daniliauskas, tem 161 páginas e está publicada na Biblioteca Digital da USP: <http://www.teses.usp.br/>